

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Linguistic Studies

O PAPEL DA MEMÓRIA DISCURSIVA NAS PRÁTICAS AUTORAIS DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS TEÓRICOS

The role of discursive memory in the authoral practices of theoric book reformulation

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva*

RESUMO

O presente artigo toma como objeto de análise as práticas de reformulação de livros, a fim de examinar o modo como os efeitos de memória nelas funcionam. À luz da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana, retomamos, inicialmente, de Pêcheux o gesto teórico-metodológico que o conduziu a conceber uma abordagem não cognitivista da categoria conceitual “memória discursiva”. Depois, mostramos através de análises a extrema relevância de tal abordagem no que concerne ao exame do funcionamento discursivo da reescrita de livros.

Palavras-chave: *Análise do Discurso; historicidade; sentido.*

ABSTRACT

This article discusses the practices of books reformulation, in order to examine the way how memory effects function in them. Under the light of the traditionally Pecheutian Discourse Analysis, we initially retake from Pêcheux the theoretical-methodological gest which had conducted him to conceive a non-cognitivist approach of the “discursive memory” conceptual category. Then, we show by analysis the extreme relevance of such approach in what concerns to the exam of the discursive functioning of books rewriting.

Key-words: *Discourse Analysis; historicity; meaning.*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho toma como objeto de análise a prática discursiva de reformulação de livros teóricos¹. Vale dizer que a modalidade de reformulação que ora nos mobiliza – compreendida como referente ao caso de “reformulações autorais” (SILVA, 2009) que incidem, em especial, sobre a relação *sujeito-ideologia* e afetam, precisamente, o que pode/deve, ou não, ser dito (ou seja, o próprio “enunciável” de uma dada formação discursiva) – não é, de modo algum, mero “capricho” do sujeito-autor de tais livros teóricos. Diferentemente disto, essa modalidade de reformulação (e não outras, como aquelas efetuadas em razão de reformas ortográficas, por exemplo) convoca/atravessa toda uma rede sócio-histórica, ideológica de práticas discursivas (anteriores, simultâneas, futuras).

À luz da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (AD), interessa-nos, aqui, refletir acerca do papel exercido pela memória discursiva nessas práticas de reescrita. Para tanto, partimos de dois princípios teórico-metodológicos elementares em Análise do Discurso: 1) o de que todo discurso deve, sempre, ser remetido às condições de sua produção (Pêcheux, 1993); e 2) o de que todo texto – compreendido, em AD, como materialidade do discurso – estabelece, inevitavelmente, relações com a sua exterioridade constitutiva (INDURSKY, 2001; SILVA, 2009).

Para conduzir nossa reflexão, formulamos as seguintes questões: como os efeitos de memória se fazem presentes (reverberam) na chamada “edição revista”? De que modo o trabalho de autoria, “costurando” entre si o mesmo e o diferente, afeta as redes de memória?

Adiantemos ao leitor a maneira pela qual conduziremos a pretendida discussão: em um primeiro momento, focalizaremos três noções teóricas indispensáveis à prática de análise (quais sejam: texto, discurso e memória discursiva) e examinaremos o processo discursivo que nos mobiliza. Em seguida, teceremos considerações acerca do funcionamento discursivo da prática de reescrita de livros teóricos. Com isso, será possível compreender alguns aspectos essenciais do funcionamento da memória no processo discursivo de reformulação de livros.

¹ A Pesquisa da qual deriva este artigo recebeu apoio da CAPES, no período de 2007 a 2009.

1 UM POUCO DE TEORIA: TEXTO, DISCURSO E MEMÓRIA EM AD

Começemos por dizer que, sendo o *discurso* o objeto teórico da AD, a singularidade desse objeto reside no fato de o mesmo ser definido como um “efeito de sentido” entre os pontos A e B (PÊCHEUX, 1993, p. 82), os quais não correspondem a indivíduos empíricos, mas a determinados lugares na estrutura de uma dada formação social. Tais lugares encontram-se presentes (mas transformados) através de representações discursivas que, por sua vez, decorrem das formações imaginárias, ou seja, equivalem a imagens construídas pelos sujeitos acerca de seus lugares sociais e daquilo que falam/leem/escrevem.

Devemos então distinguir o discurso enquanto objeto *teórico* e o texto enquanto objeto *analítico*, suporte material pelo qual se pode acessar o discurso. Indursky (2001, p. 30) propõe que o objeto analítico *texto* seja tomado como um “espaço discursivo heterogêneo”, visto que ali diferentes discursos, subjetividades, textos fazem-se presentes. Conforme a autora, todo texto aponta para a dispersão: seja a de discursos e posicionamentos no interior de um domínio de saber, seja a dispersão do próprio sujeito, diante das várias posições que este – uma vez interpelado como tal pela ideologia – pode vir a assumir no interior desse domínio.

Ainda de acordo com Indursky, intrincam-se, em todo texto, as mais diversas relações: contextuais (pois é produzido num contexto sócio-histórico, cultural, econômico, político, que envolve, no caso que aqui nos mobiliza, diferentes conjunturas dos séculos XX e XXI); textuais, ou ainda, intertextuais (dado que se relacionam com toda uma vasta gama de textos retomados, transformados, refutados, reformulados, produzidos, futuros) e, também, interdiscursivas (que remetem o texto às mais diversas redes de formulações). Esta última modalidade de relação entre *texto* e *exterioridade constitutiva* – relação essa dita interdiscursiva – funciona de tal maneira, que, como aponta Indursky, se torna impossível precisar o que foi produzido no texto e o que remete ao interdiscurso.

Se assim é, o texto não pode ser pensado como uma unidade fechada, completa, e sim como uma heterogeneidade “estruturada/desestruturada/reestruturada”, sem cessar, por meio de um trabalho subjetivo, e mais, disfarçada sob a ilusória aparência de unidade, decorrendo daí o efeito de homogeneidade textual (INDURSKY, 2001). Trata-se, pois, de algo construído, marcado pela vulnerabilidade aos mais variados contatos com outros textos, outros discursos, outras subjetividades. Por aí se vê a relação travada entre o texto e uma exterioridade que, longe de ser efetivamente externa, lhe é inerente, por nele vir inscrita.

Nessa perspectiva, o trabalho subjetivo de textualização dos recortes interdiscursivos, ao promover a ilusão de homogeneidade da superfície textual, leva ao chamado efeito-texto, o qual se liga à impressão de que tudo quanto havia de ser dito o foi, e de que o texto é efetivamente um produto fechado, cuja origem está naquele que o produziu (INDURSKY, 2001). Pode-se relacionar a esta ilusão de “produto fechado” o que diz Orlandi (1996, p. 76), autora para a qual o fechamento de um texto, embora apareça como responsabilidade do sujeito-autor, nunca é totalmente realizado.

É sobre o efeito-texto que se instaura a produção da leitura. Segundo Indursky (2001, p. 36), “o texto em si não garante que o sujeito-leitor perceba toda a alteridade que o constitui”. Assim, os gestos de interpretação ligam-se às filiações de sentido que vão sendo estabelecidas (ou não) entre aquilo que é lido e a memória discursiva, memória esta que “pode estar mais ou menos explicitada, mais ou menos lembrada, mais ou menos esquecida, e que se reconstitui de forma fragmentada e lacunar pelo viés do processo de leitura, aí produzindo o que Courtine (1981) designou de *efeito de memória* [...]” (INDURSKY, 2001, p. 37) [grifos da autora]. A partir do domínio de memória de uma sequência, pode-se buscar compreender os efeitos de sentido que esta última é passível de produzir.

Avançando, cabe indagar: o que se deve entender por *memória* no quadro da teoria da AD? Para compreender a referida categoria conceitual, busquemos em Pêcheux a tomada de posição que marca aquilo que, para efeito de discurso-fundador, diremos ser a “gênese” da elaboração desse conceito.

Pêcheux tem, desde o início de seus trabalhos, grande inquietação quanto ao campo da Psicologia Social, sobretudo em razão da problemática do *sujeito*. Diante disso, apresenta, em 1982, um projeto de pesquisa à Comissão de Psicologia do CNRS, projeto esse no qual propõe uma abordagem totalmente diferenciada.

Ora, sabemos que a posição de Pêcheux quanto à questão do *sujeito* (falaremos de *memória* logo após) é, desde sempre, o de rejeitar, para o quadro da AD, a hipótese de uma categoria conceitual que refira o “organismo humano individual” (PÊCHEUX, 1993). Podemos mesmo dizer, indo mais diretamente ao ponto, que ele rejeita o gesto teórico-metodológico-epistemológico de conceber uma categoria que remeta a um substrato psicofisiológico pensante, concepção esta tão vigente em Ciências Humanas².

² Embora a noção de sujeito passe por toda uma evolução teórica na obra pecheutiana, como Indursky (2008) revela-nos com muita propriedade, essa tomada fundamental de posição (de que falamos) sempre permanece, em razão de ser o traço distintivo essencial da categoria *sujeito* em AD.

Assim é que, na absoluta contramão das tendências teóricas da referida Comissão (dado que esta se foca em aspectos cognitivos/neurocientíficos), Pêcheux almeja expor aos psicólogos do CNRS uma proposta alternativa para abordagem da relação entre memória e leitura, o que passa, necessariamente, pela forma de conceber o sujeito. Na medida em que visa a estudar incidências do interdiscurso na análise “linguístico-discursiva” de formulações, Pêcheux (1990b) fala de uma memória que, sendo discursiva e não cognitiva, é constituída por uma rede de “signes, traces et pistes” (PÊCHEUX, 1990, p. 286); ela é, portanto, um corpo sócio-histórico de vestígios discursivos.

Daí resulta que, em AD, se concebe a memória como “tecido social”, como “uma relação de discursos, ou seja, discursos dos universos do interdiscurso ressoam entre si formando a memória que nos permite produzir e ler” (MITTMANN, 2005, p.249). Não se trata, porém, de ressoarem incondicionalmente, mas conforme o modo como são entrelaçados os mais distintos recortes interdiscursivos (através de modos subjetivos únicos de textualização).

Condição do legível em relação a si mesmo (Pêcheux, 1999), a memória é, pois, aquilo que, na medida em que se tome o texto enquanto “acontecimento a ler”, vem restabelecer “implícitos” os mais diversos, apontados por Pêcheux (PÊCHEUX, 1999, p.52) como: pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, enfim, de que necessita a leitura de um texto. A memória concerne ainda à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por Aparelhos Ideológicos (COURTINE, 1981); concerne, então, a toda uma trama de formulações (re)atualizadas sem cessar, que remetem às mais diversas formações discursivas (FDs).

Vale dizer que as redes de memória atuam sob as mais distintas materialidades – tais redes são mobilizadas seja no âmbito do texto impresso, seja no do hipertexto, em textos sincréticos ou não –, já que não dependem *apenas* do suporte material (embora este *não lhes seja, de modo algum, indiferente* no modo de estabelecer filiações), mas *antes dependem das relações entre discursos*.

Para Pêcheux (1990a, p.56), todo discurso, simplesmente pelo fato de existir, possibilita uma “desestruturação-reestruturação” das redes de memória, enfim, das filiações de sentido que se vão tecendo. Todo discurso – prossegue o autor – “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” e isto na medida em que ele é, ao mesmo tempo, tanto um efeito dessas filiações, quanto “um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 1990a, p. 56).

Há sempre o encontro inevitável de um “passado” e um “presente” do dizer, e é nesse exato ponto que se instaura o efeito de memória, efeito este que, sendo “fortemente lacunar” (INDURSKY, 2003, p.v103), permite deslizamentos de sentido, derivas e transformações muitas vezes “imprevistas”, não esperadas pelo sujeito-autor.

2 A REESCRITA DE LIVROS TEÓRICOS: ALGUMAS ANÁLISES

Se todo discurso é parte de um processo discursivo contínuo e mais amplo (Pêcheux, 1993), há, pois, um processo único (a ordem do discurso) no interior do qual se inscrevem, em distintas condições sócio-históricas, as edições “de partida” e “revista”. Inapreensível em si mesma, a ordem do discurso só pode ser tomada através de objetos simbólicos (os livros, no caso) que, ao recortarem-na sócio-historicamente e materializarem-na linguisticamente, a trazem como um elemento constitutivo de suas próprias existências.

Nessa perspectiva, não há, propriamente, no caso em tela, uma sucessão de edições (aliás, estas últimas coexistem, apesar da *ilusão* de que uma invalida a outra); o que ocorre, de fato, é a sucessão de uma dada relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura X” por uma outra relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura Y”.

Observemos algumas sequências discursivas (SDs), não sem antes esclarecer que: os grifos são nossos; EP = “edição de partida”; ER = “edição revista”; e Ø = ausência, na EP, de formulações passíveis de cotejo:

(SD1) EP – Ø (TODOROV, T. *Estruturalismo e Poética*, 1970)

ER – *O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial. Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética.* (TODOROV, T. *Estruturalismo e Poética*, 1976, p.7)

(SD2) EP – *Substantivo é o nome com que designamos seres em geral* – pessoas, animais e coisas. (BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 1987, p.73)

ER – **Substantivo** – *é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos,*

isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam: qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação). (BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 2005, p.112)

Vejamos a SD1, cujas formulações provêm da “Nota sobre esta edição”, escrita por Todorov à edição revista de *Estruturalismo e Poética* (1976). O sujeito-autor-revisor pontua claramente sua contra-identificação com o posicionamento que assumira na EP e coloca a nova conjuntura: “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf. SD1). Porém, apesar do alerta de que o texto da ER é, de fato, distinto daquele da EP, faz-se dominante o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro. Isto, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia mais se inscrever no “projeto inicial” que guia a versão anterior (pensar a relação Poética/Estruturalismo).

Constata-se, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito apenas se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa dizer: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil.

Precisamente aqui, cabe lembrar que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, para Orlandi (2007, p. 75), a que está mais determinada pela exterioridade, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares”. Ainda segundo Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (2007, p. 76).

O fato é que o sujeito não tem como negar que anteriormente construiu de modo diverso o livro que ali está, e por aí se instaura uma contradição no processo de reformular o texto: ao explicitar a ocorrência da reformulação, ER abre espaço à deriva de sentidos resultantes de outras relações entre sujeito-língua-história: há outros sentidos em algum lugar; no caso em questão, na EP Justificada, porém, a existência da edição revista (por meio de Prefácio e/ou nota do Autor), então o restante do texto flui sob a *ilusão* da homogeneidade. Quanto a isto, é bem interessante analisar a SD2.

Composta por formulações extraídas da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (1987; 2005), a SD2 permite constatar as significativas

mudanças ocorridas na maneira de conceituar a categoria *substantivo*. Por meio de uma contraidentificação do sujeito-autor com determinadas parcelas do saber (e consequente identificação com parcelas outras), instaura-se um confronto a propósito de definições que uma posição ideológica X (e não outras) permite atribuir à categoria teórica em tela.

Assim, de “*Substantivo* é o nome com que designamos seres em geral – pessoas, animais e coisas” (EP), passa-se, na ER, a definir *Substantivo* como referente à “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias”. Vale notar, na ER, a exclusão da clássica referência aos “seres” (referência esta presente na EP), e, sobretudo, a incorporação de novos termos, tais como *objetos substantivos* e *lexema*.

É interessante notar, também, que a ressignificação dessa categoria *substantivo* (SD2) faz com que, uma vez tomada a coexistência das duas edições, se tenham duas respostas muito distintas à questão “O que se pode definir como sendo *substantivo* em Português?”. A definição antiga, no entanto, ainda que invalidada, jamais desaparece de fato; presente mesmo em sua aparente ausência, ela ecoa no intradiscurso via memória discursiva. Ora, uma palavra X, ou mesmo um enunciado Y, não significa só o que lhe é atribuído na ER, mas também o que outrora lhe havia sido atribuído na EP. Assim, o sentido na EP, sendo residual, ressoa pela memória, em cuja rede de formulações se inscreve a SD em pauta.

Pela análise das SDs mobilizadas acima, vê-se que, em Prefácios ou Notas do Autor, a constatação de *mesmo/outro* é relativamente mais visível, porque colocada, de algum modo, pelo próprio sujeito. Porém, quando se sai desse espaço, a superfície textual da ER, por si só, não permite entrever tal separação: a costura é “perfeita”, homogênea, resultante do *trabalho de textualização* (INDURSKY, 2001) efetuado pelo sujeito-autor-revisor, trabalho esse graças ao qual emerge o “feito-texto”, a impressão de que tudo o que havia de ser dito/reformulado efetivamente o foi por um sujeito suposto como origem daquilo que se lhe figura como sendo as edições de “seu livro”.

O trabalho do sujeito, portanto, reconstrói de tal modo a nova edição, que diferenças e semelhanças com a anterior só são perceptíveis, se não por cotejo direto, então via memória discursiva, visto que, na materialidade linguística, a sintaxe encarrega-se, perfeitamente, de apagar os vestígios do avesso textual da edição revista, qual seja esse avesso: a edição de partida.

A escrita da ER é, pois, atravessada por ecos da EP, edição esta que emerge e atesta memorialmente a exterioridade constitutiva da ER. Joga-se, aí, com o contato e o confronto entre o visível e o não visível (nem por isso

invisível); o ainda presente/lembrado e o ausente/esquecido; o repetido e o reformulado, por meio das diferentes versões.

Diante de tudo quanto precede, pode-se logo entrever que, em virtude do estatuto memorial da edição de partida, o exame do processo discursivo de reformulação de livros permite mais do que a mera constatação do quanto essa prática discursiva de reformulação fomenta a continuidade científica do domínio de saber em cujo interior ocorre.

Uma vez realizado à luz da Análise do Discurso, tal exame possibilita acessar e compreender a (re)construção da memória histórica dos domínios de saber em questão; no caso da presente análise, são eles a Poética e a Gramática. A partir dessas considerações, pode-se lembrar com Achard (1999, p. 17) que um texto trabalha por meio de sua “circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido”. E pode-se lembrar, ainda, que os objetos, as teorias, os métodos de hoje são (isto é inevitável) construídos sempre em uma dialética com teorias, métodos, objetos de ontem.

PARA INSTAURAR UM “EFEITO-CONCLUSÃO”

Pudemos mostrar, através da reflexão e análise precedentes, a relevância da categoria conceitual “memória discursiva” à investigação do processo discursivo de reescrita de livros teóricos. Por aí, foi possível elucidar o modo pelo qual os efeitos de memória reverberam na materialidade da chamada “edição revista”; e foi possível, igualmente, compreender como as redes de memória são afetadas pelo trabalho do sujeito-autor-revisor.

À moda do episódio de Clémentis – como Courtine (1999) resgata de Kundera –, por meio do qual Clémentis, ainda que apagado da fotografia, faz-se nesta ainda presente memorial e materialmente através de seu chapéu, que emprestara a Gottwald, da mesma forma a edição de partida faz-se assim presente apesar da pretensão de que possa ser apagada em prol da edição revista. Nesta, aquela se mostra presente, mas transformada; ou ainda, presente pela necessidade de que se a esqueça; deve-se trazê-la à tona para dizer que ela já não funciona mais como algo que “faz sentido ser publicado e academicamente mencionado”; enfim, para justificar antes da substituição, a diferença e a primazia da nova.

Tomado na teia das contradições históricas do campo em que se constitui, o sujeito entra num jogo de repetir/deslocar/esquecer, procedimentos estes aos quais cabe a metáfora topológica do nó, já que eles formam

um verdadeiro nó na materialidade textual da edição revista. Esta última então se desdobra num gesto simultâneo de proximidade e distanciamento quanto à edição anterior: proximidade em virtude das determinações ideológicas que ainda permitem a manutenção da parcela repetível de saberes; distanciamento em virtude de tudo o que, uma vez precisando ser esquecido, deve ser ressignificado, embora subterraneamente retorne, via memória, como avesso do intradiscurso.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____ et al. *Papel da Memória*. Trad. e introd. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-17.
- COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, *Langages*, n. 62, p. 9-127, juin 1981.
- _____. O chapéu de Clémentis. Trad. por Marne R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-22. (*La toque de Clémentis*, 1982)
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.
- _____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias – Sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-33.
- MITTMANN, S. Apresentação do texto Lecture et Mémoire: projet de recherche. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 245-250.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990a. (*Discourse: structure or event?*, 1983)
- _____. Lecture et Mémoire: Projet de Recherche. In: MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours – textos de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, 1990b. p.285-293.
- _____. Análise automática do discurso. Trad. por Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 61-161. (*Analyse automatique du discours*, 1969)
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Trad. e introd. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p.49-57. (*Rôle de la mémoire*, 1983)
- SILVA, A. P. L. V. *Entretextualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*. Dissertação (Mestrado) – UFRGS. Porto Alegre, 2009.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- TODOROV, T. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Estruturalismo e poética*. 4. ed. rev. ampl. cf. ed. franc. 1973. São Paulo: Cultrix, 1976.

Submetido em 29/04/2010

Aceito em 08/07/2010